

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CÍNTIA RAQUEL DA SILVA FERREIRA

CONTROLE PATRIMONIAL: DIFICULDADE, CUSTOS E AÇÕES.

CURITIBA

2015

CÍINTIA RAQUEL DA SILVA FERREIRA

CONTROLE PATRIMONIAL: DIFICULDADE, CUSTOS E AÇÕES.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia de produção, turma 2014 da, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Engenharia de Produção.

Orientador: Doutor Professor Egon Walter Wildauer.

CURITIBA
2015

Controle patrimonial: dificuldades, custos e ações.

Cíntia Raquel da Silva Ferreira - (UFPR) – ferreira-cintia@hotmail.com

Resumo:

O presente texto evidencia as dificuldades e vantagens do controle patrimonial. O dia-a-dia das diversas áreas que compõe uma indústria acaba ofuscando a importância de uma atividade contábil que estando bem controlada se torna simples, mostra também que a cooperação entre áreas e treinamento constante são ferramentas primordiais para um controle confiável. Padronizar e simplificar a classificação auxilia para que as informações estejam numa mesma linguagem compreensível a todos fazendo com que o objetivo comum seja alcançado.

Palavras chaves: Ativo imobilizado, custo, ações, controle e classificação.

Abstract

Due to the demands required by customers of automotive companies, inspection processes are necessary in order to assure product quality in all phases, since the raw material supply until final product delivery. This article presents results obtained through the appliance of Firewall 200% inspection methodology in the end of a supplier production line of a carmaker industry, which is based in a quality inspection methodology development that aims the operational training, adequate layout determination for inspections, clear inspection criteria, work instructions and feedback to production line, avoiding reoccurrences. Besides the bibliographic revision, the study comprises the application of a multicase study. After implement this methodology in three suppliers, it was possible to perceive that the quality level of delivered parts increased, as well as continues improvement was promoted at supplier processes.

Key words: Fixed assets, cost, actions, control and classification.

1. Introdução

O imobilizado em muitas indústrias é tratado como um assunto de contadores, mas hoje o controle e classificação de itens do patrimônio da empresa precisam estar também fora do setor contábil.

Grandes compras ou projetos de investimento devem ter um planejamento não apenas financeiro, com relação ao retorno e desembolsos efetivos, e estrutura na parte de espaço físico, processos, manutenção, entre outros é preciso envolver todos os

departamentos mesmo que tenham participação indireta para que sejam analisados o maior número de oportunidades de negócio, financeiras ou fiscais, otimização de produtividade, entre outras.

Muitas dificuldades podem ser encontradas no processo de implantação desses controles, sejam elas sistêmicas, falta de mão-de-obra especializada, ausência do apoio da direção. Criando assim o maior desafio: comprovar a importância desse controle.

Evidenciar as vantagens de um controle detalhado do patrimônio, justificar a continuidade da atividade tornando-a importante para as diversas áreas demonstrando as vantagens e ganhos fiscais ou financeiros no controle adequado e correta classificação de bens do ativo imobilizado. Simplificando o conceito de ativo imobilizado para que as áreas técnicas possam iniciar o processo de classificação iniciando um processo de conscientização quanto a importância da gestão desses ativos.

Como uma linguagem simples montar um roteiro que possa auxiliar e esclarecer dúvidas quanto à atividade, quando um item adquirido pode ser classificado como ativo fixo ou não, quais as regras gerais de crédito de impostos e a importância da correta baixa de bens obsoletos, sucateados ou vendidos.

2. Objetivo

Comprovar as vantagens da correta classificação de bens adquiridos com base no reflexo no custo da empresa e evidenciar as vantagens da correta classificação de ativos, dar um norte para a conscientização das diversas áreas de uma companhia e ajudar a aumentar a confiabilidade dos dados.

Criar uma rotina simples para auxiliar pessoas, que não tenham domínio do assunto, a classificar as compras da empresa da melhor forma possível com um processo simplificado.

3. Desenvolvimento

3.1. O que é imobilizado?

Imobilizado é todo bem móvel ou não que faz parte do patrimônio empresarial e que, de forma direta ou não, renderá lucro aos sócios ou proprietários. Simplificando

são as máquinas, computadores, ferramentas e outros materiais que pertencem à empresa que tenha um tempo de utilização maior que um ano.

Segundo a Lei 6.404/76 artigo 179 item IV considera contas classificadas no Ativo Imobilizado:

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Quando adquirido um bem que será incorporado ao imobilizado é preciso ter atenção a sua correta classificação, pois sua depreciação irá impactar no resultado da empresa até que contabilmente não tenha mais valor ou que seja efetuada uma operação de venda ou baixa. Depreciação nada mais é do que uma parte do valor de uma máquina, por exemplo, que passará a ser uma despesa, ou seja, o quanto a máquina foi gasta representada em valor segundo uma taxa pré-determinada.

Segundo a Lei citada anteriormente em seu artigo 183, § 2º:

A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

3.2. Particularidades e benefícios.

Existem diversas particularidades ao se tratar dos ativos imobilizados desde seu controle, forma de depreciação até mesmo os impostos e tributos incidentes.

Primeiro, as características legais que determinam se um item pode ou não ser imobilizado são encontradas no artigo 2º da Lei Nº 12.973, de 13 maio de 2014, onde:

Art. 2º O Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15. O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem

adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano.”

O valor, anteriormente, era R\$ 326,61 e a nova regra é válida desde 1º de janeiro de 2015.

Em regra geral, no estado do Paraná, aplica-se a regra de 18% de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias ou serviços), a legislação prevê que em caso onde o imobilizado faz parte do processo produtivo da indústria poderá recuperar o imposto recolhido em quarenta e oito vezes que será deduzido do imposto a recolher daquele período desde que informado de maneira correta para a Receita Estadual.

Também é possível a recuperação de PIS e COFINS. Contribuições federais conforme Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 artigo 3º inciso VI, onde 1,65% é referente o PIS e 7,6% referente COFINS, ambos tomando como base o valor total do material.

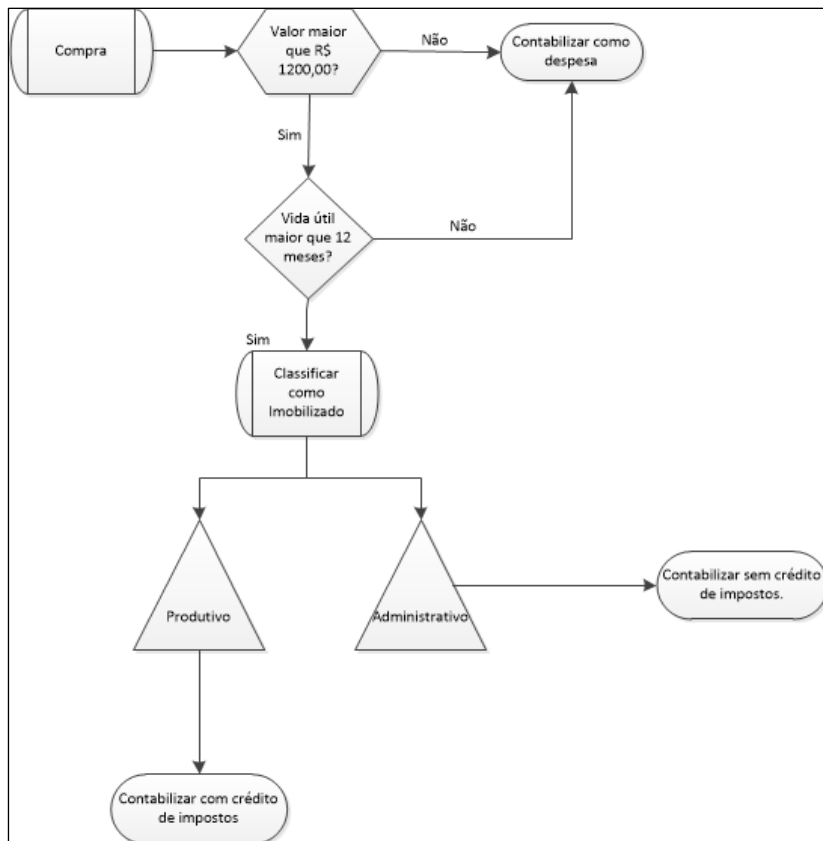
3.3. Classificação correta

Em grandes empresas, principalmente nas indústrias, é preciso ter atenção especial à classificação das compras realizadas. Em muitos casos um material que é classificado de forma incorreta, contabilmente falando, pode modificar o custo e conseqüentemente o lucro da empresa naquele período. Como nesse porte de empresas essa classificação passa por diversas áreas antes da contabilidade (manutenção, engenharias, compras) e os critérios para indicar se é uma despesa ou um imobilizado nem sempre são bem entendidos por todos os departamentos.

Para simplificar a classificação para áreas técnicas é preciso deixar claro o que pode ou não ser considerado imobilizado, porém, sempre frisar que o modelo pode não ser aplicável a todas as aquisições.

Para auxiliar nesta etapa podemos adotar questionários, fluxos ou outras ferramentas que possam orientar quanto à classificação. Por exemplo, a Figura 1 nos mostra um resumo do fluxo de classificação após a compra o que também poderá ser transcrito em forma de questionário visando também à documentação do processo de classificação. O que pode ser visto na Figura 2, um questionário simples onde não é

preciso conhecimento técnico sobre contabilidade para um correto direcionamento da despesa ou custo.



Fonte: Compilado pelo autor

Figura 1 - Fluxo da classificação

Mesmo utilizado ferramentas para auxiliar na classificação é preciso manter o diálogo entre as áreas para facilitar a comunicação nos momentos que dúvidas ou casos isolados surjam.

Classificação compras		
Valor estimado da compra	Abaixo de R\$ 1.200,00	Consumo
Vida útil do material	Maior que 12 meses	Imobilizado
Aplicação do Material	Produtiva	
Centro de Custo	Manutenção	
Classificação	Analisar	
*Caso o valor do material seja menor que o mínimo estabelecido porém preencha as demais características entrar em contato com o setor Contábil.		

Fonte: Compilado pelo autor

Figura 2 - Planilha de Classificação

A rotina fabril, aos poucos, demonstrará as vantagens do controle contínuo. Principalmente, quando os gestores das áreas forem questionados para elaboração do orçamento de suas áreas terão uma visão mais realista do que realmente foi investido ou gasto durante o período anterior. A classificação incorreta pode induzir para um orçamento menor do que o realmente necessário caso os materiais entrem para o ativo fixo erroneamente e também inflar o número de bens a controlar gerando também, um excesso de mão-de-obra dedicada a atividade sendo que a principal ação seria uma limpeza para reclassificar e baixar itens que não precisem mais estar nessas contas.

3.4. Visão contábil

Os responsáveis por dar informações e controlar os ativos devem ter uma visão panorâmica das atividades para que ao ser solicitado auxílio compreender a realidade quanto ao item questionado, ou seja, é preciso conhecer não apenas a atividade administrativa do controle sistêmico ou planilhas eletrônicas, mas, também a aplicação dos materiais adquiridos e ao menos o funcionamento práticos das principais atividades da empresa.

Essa postura aproxima o setor contábil das diversas áreas o que facilita no momento de treinar as diversas áreas sobre o assunto já que algumas barreiras não existirão devido ao contato contínuo.

3.5. Visão áreas técnicas

Para as áreas técnicas existe uma barreira natural para assuntos como a classificação de imobilizados por não se tratar de atividades diretamente relacionadas ao seu objeto fim.

Se não há uma comunicação simplificada e objetiva a probabilidade de se conquistar a cooperação das áreas técnicas é mínima. Os técnicos precisam que o setor contábil seja claro quanto ao método de classificação e indicar formulários auxiliares para auxiliar nas classificações.

3.6. Rotina de classificação

Para a criação de um processo de classificação é preciso determinar uma rotina que atenda a necessidade da empresa e que seja cômoda para todos que precisarão adaptar-se a essa atividade.

O fluxo apresentado na Figura 1 resume uma rotina de classificação. O controle como um todo deve ser cíclico e ser absorvido na rotina diária.

3.7. Impactos no custo

O que provavelmente é mais confuso e complicado a ser explicado é a diferença em valores de como o imobilizado irá aparecer no custo dos setores a cada final de período. Por isso uma das ações mais importantes é a conscientização dos impactos no resultado da empresa. Conforme o exemplo abaixo (Figura 3) pode-se notar que um item contabilizado erroneamente como consumo terá um custo total 24,74% maior que se o mesmo item fosse classificado como imobilizado.

	Valor total da compra	Alíquotas	Consumo (produtivo)	Imobilizado
			1.100,00	1.100,00
Impostos	ICMS	18%	198,00	198,00
	PIS	1,65%	18,15	18,15
	COFINS	7,60%	83,60	83,60
	IPI	10%	100,00	100,00
	Custo Total		998,25	800,25
	Reconhecimento da despesa	100% no lançamento	Conforme depreciação	
	Varição imobilizado/consumo		24,74%	

Fonte: Compilado pelo autor

Figura 3 - Comparação Custos

É importante demonstrar essas variações para que fique clara a diferença entre as duas formas de classificação, não para incentivar que todas as aquisições sejam destinadas para o ativo.

Uma parceria entre todas as áreas e os responsáveis pelo controle patrimonial deve existir para facilitar ainda mais a comunicação. Essa parceria ajudará na troca de informações e contínuo feedback, trazendo também melhorias para os processos internos de classificação e oportunidades de ganho.

Considerando o cenário tributário brasileiro essa ação se torna ainda mais importante já que a recuperação varia conforme a classificação dada ao material e o custo além de impactar no resultado irá modificar o saldo final de impostos a recolher ao fim de cada período.

3.8. Importância da continuidade

É válido frisar que o controle patrimonial é uma atividade cíclica, deve estar em constante atualização. Seja quanto à legislação que ampara os ativos imobilizados quanto aos inventários, ao menos anuais, para baixa de itens que possam não existir mais.

Deve ser contínuo o trabalho junto às áreas que tem domínio técnico sobre esses materiais. É recomendado que no momento do inventário o responsável contábil seja acompanhado por alguém que conheça muito bem os equipamentos inventariados.

3.9. Principais dificuldades

Uma das principais dificuldades é trazer as dúvidas para o setor contábil. Grande parte das vezes os setores técnicos não são conscientizados, ou seja, não recebem os devidos treinamentos para que tenham dúvidas quanto às classificações. Não treinar é sinônimo de retrabalho. Quando a informação necessária não é dada a probabilidade de acerto é próxima ou igual à zero.

Outra dificuldade para a contabilidade é a ausência de investimento para a continuidade dos controles. Principalmente no início da implantação de controles de informações há uma grande resistência quando é falado em desembolso financeiro. É necessário sistema específico para acompanhamento em alguns casos se recomenda até mesmo a contratação de consultorias especializadas para evidenciar um corte entre passado e futuro.

4. Conclusão

A importância da classificação como principal ação para facilitar o controle patrimonial é visível, porém a falta de recursos, sistêmicos ou de mão-de-obra, dificulta esse trabalho. Assim a comunicação e trabalho junto aos departamentos técnicos não são feita de forma constante fazendo com que os ativos imobilizados fiquem em segundo plano aos olhos da empresa.

Se a empresa não demonstra grande interesse as áreas que a compõem não o terão também. Assim, o trabalho do responsável por essa ação se torna moroso e lento, muitas vezes considerado um projeto adiável, principalmente por ter um volume grande de informações antigas que necessitam de análise. Mesmo com grandes dificuldades é preciso insistir na atividade controle patrimonial para ter-se ainda mais confiabilidade nas informações contábeis apresentadas.

Referências

CPC27. (26 de junho de 2009). Pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

FIPECAFI e Ernst Young. (2013). Análises sobre o IFRS no Brasil.

GRANDGUILLOT, B. e. (2009-2010). Comptabilité générale (Vol. 13ª edição). Paris: Gualino.

IUDICÍBUS, S., MARTINS, E., GELBKE, E. R., & DOS SANTOS, A. (2010). Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas.

Lei nº 12.973/2014

Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28.09.2012